

RELATÓRIO SUMÁRIO

CONSULTA ÀS AMÉRICAS: CO-CRIAÇÃO DE UMA ACADEMIA DE CONSERVAÇÃO INCLUSIVA



COMUNIDADE YAWANAWA, BRASIL



PARA INFORMAÇÕES CONTATE
BORRERO@TRIBALLINK.ORG

[HTTPS://WWW.TRIBALLINK.ORG/](https://www.triballink.org/)

CONSULTA ÀS AMÉRICAS: CO-CRIAÇÃO DE UMA ACADEMIA DE CONSERVAÇÃO INCLUSIVA

Em 18 de fevereiro de 2021, a Tribal Link Foundation, em colaboração com a WWF, realizou uma consulta sobre conservação indígena e inclusiva nas Américas. As informações colhidas na consulta ajudarão na proposta de desenvolvimento de uma Academia de Conservação Inclusiva. A consulta foi realizada entre 14h30 e 16h30, horário de Nova York. Havia um total de 50 participantes de 12 países.

Moderadores de sessão

R. Múkaró Borrero, Fundação Tribal Link, Janene Yazzie e Rochelle Diver

Equipe técnica

Sandra Patricia Visbal, WWF e Joost Van Montfort, WWF

Objetivos da consulta

Os objetivos da Consulta de Conservação Inclusiva das Américas foram: a) Informar e catalogar as melhores práticas, desafios e lacunas na conservação. b) Identificar áreas e abordagens para iniciativas de desenvolvimento de capacidades. c) Aprender e apresentar recomendações sobre como os povos indígenas podem assumir a liderança no desenvolvimento de capacidade em conservação inclusiva e sobre práticas e seus impactos sobre os povos indígenas e comunidades locais.

Agenda do programa

A agenda do programa incluiu uma recepção de boas-vindas, uma apresentação sobre Conservação Inclusiva pela WWF, uma primeira rodada de perguntas e respostas, dois grupos de discussão com foco em quatro estudos de casos, uma nova reunião para discutir os resultados dos grupos de discussão e uma rodada final de discussão.



MONUMENTO NACIONAL BEARS EARS, EUA

CONSULTA ÀS AMÉRICAS

Conservação inclusiva, Delphin Ganapin, WWF: Resumen de la presentación

Conservação inclusiva é a conservação coordenada pelos povos indígenas e comunidades locais que veem a natureza e as pessoas como uma única entidade. Ela abrange os direitos, necessidades e valores das comunidades e grupos cujos conhecimentos, práticas e inovações têm preservado a biodiversidade e os ecossistemas. Neste contexto, o conceito inicial de uma Academia de Conservação Inclusiva (ACI) é um mecanismo de desenvolvimento de capacidade para apoiar a agenda estratégica de mudança da “conservação da fortaleza” para abordagens de conservação. Tais abordagens são coordenadas pelo IPLC e se baseiam em direitos.

Embora inicialmente tais capacidades comecem a se desenvolver na rede WWF, e especialmente para os envolvidos na conservação de paisagens terrestres e marítimas, um objetivo proposto é que a iniciativa se torne uma plataforma para várias instituições, que não só seja coordenada e atenda aos povos indígenas, mas que atenda também a outras grandes organizações internacionais de conservação, agências governamentais, instituições doadoras e até mesmo o setor privado. es donantes e incluso el sector privado.

"CONSERVAÇÃO INCLUSIVA É A CONSERVAÇÃO COORDENADA PELOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES LOCAIS QUE VEEM A NATUREZA E AS PESSOAS COMO UMA ÚNICA ENTIDADE."

- DELPHIN GANAPIN, WWF

Estudos de caso dos grupos de discussão

Terry Dorward, Coordenador de Projeto de Parques Tribais Tla-o-qui-aht, no Canadá

Os Parques Tribais Tla-o-qui-aht foram fundados com a declaração do Parque Tribal da Ilha de Meares (nome em Tla-o-qui-aht: Wah-nah-jus- Hilth-hoo-is [wanačis ḥ ithuuʔis]) em 1984. Os Parques Tribais Tla-o-qui-aht representam 35 anos de conservação bem sucedida coordenada por povos indígenas na região de Clayoquot Sound. Nos anos 70 e 80, o governo provincial da Colúmbia Britânica havia claramente segregado uma área significativa de Clayoquot Sound, quando os povos indígenas Tla-o-qui-aht estabeleceram o primeiro parque tribal. Os Parques Tribais Tla-o-qui-aht representam um ato de autodeterminação, soberania e administração tradicional entre a terra e os povos que lá habitam desde tempos imemoriais.

Felipe Ical, Cooperativa de Agricultores de Green Creek (GCFC)

Há 30 anos, a Cooperativa de Agricultores de Green Creek (GCFC), uma organização coordenada por povos indígenas, vem administrando Territórios e áreas comunitárias de conservação e povos indígenas (ICCA) sem apoio externo. A GCFC foi criada em 1982, com o objetivo de administrar a terra compartilhada de seus 1.012 hectares de floresta nobre. Nestas terras, a produção agrícola sustentável e a proteção da flora e da fauna definem a identidade cultural da comunidade. As terras da Cooperativa de Agricultores de Green Creek fazem fronteira com a Paisagem Dourada Maia, no sul de Belize e são áreas de excepcional valor para a conservação, constituindo parte importante do corredor biológico sul da região.

Estudos de caso dos grupos de discussão:

Kid James, áreas protegidas comunitárias, Região de Rupununi, Guiana

A Comunidade Wapishana, na Região de Rupununi na Guiana, com uma organização comunitária, a Associação de Desenvolvimento Popular do Centro-Sul e com o Conselho do Distrito Sul de Rupununi fortaleceu a cooperação entre elas com o desenvolvimento de um plano de gestão. Isto orientou o trabalho das organizações com um sólido enfoque na importância de envolver jovens e incluir mulheres. Como resultado da implementação do plano, diferentes agências governamentais foram incluídas, tais como o Ministério de Assuntos Ameríndios para lidar com a gestão e direitos de terras com ênfase na titulação e demarcação de terras e com a Agência de Proteção Ambiental e a Comissão de Geologia e Minas para formar uma equipe de monitoramento para medir os níveis de poluição de riachos e rios.

Kid James menciona a importância de parcerias nas quais a honestidade e o respeito mútuo representam a base do trabalho e a importância de encontrar um ponto comum para avançar. Ele destaca o relacionamento de longa data com a WWF e sua contribuição para apoiar as iniciativas locais.

Albaro Cruz, OZIP, Programa de Capacitação em Governança Territorial Indígena, Colômbia

Muitas comunidades indígenas na Amazônia enfrentam ameaças crescentes a seus territórios.

Muitas vezes, tais comunidades apresentam uma escassez de recursos, falta de ferramentas e oportunidades para fortalecer capacidades de governança efetiva.

O Programa de Capacitação em Governança Territorial Indígena, desenvolvido conjuntamente com a Forest Trends, nasceu para responder a esses desafios, com um enfoque especial nos povos indígenas que vivem em seus territórios e que normalmente não têm acesso a esse tipo de treinamento. Parte importante deste programa é a estrutura de governança compartilhada que reúne parceiros do setor acadêmico, de uma organização indígena e da WWF (formando o Comitê Pedagógico Local). Juntos, eles decidem sobre o conteúdo, sua adaptação ao contexto local e a organização geral do treinamento.

Albaro Cruz, da OZIP (Organización Zonal Indígena del Putumayo), que tem estado envolvida com o programa, destaca que os treinamentos apresentam ferramentas que promovem diálogos, no que diz respeito a políticas, questões ambientais e leis, com diferentes partes interessadas que abordam os territórios indígenas. A organização também permitiu que diferentes grupos indígenas se reunissem e compartilhassem conhecimentos, ao aprenderem com as diferentes perspectivas e ideias dos participantes. Além disso, à medida que as habilidades dos participantes são fortalecidas, eles são capazes de identificar as necessidades de suas comunidades, apresentar soluções possíveis e, juntamente com organizações como a OZIP, planejar maneiras de abordar estas questões.

**PARA DOCUMENTOS, VIDEOS Y OTROS RECURSOS RELACIONADOS, VISITE:
[HTTPS://WWW.TRIBALLINK.ORG/INCLUSIVE-CONSERVATION-ACADEMY](https://www.triballink.org/inclusive-conservation-academy)**

Perguntas orientadoras para grupos de discussão

a) Quais são as capacidades que os povos indígenas devem desenvolver para poder administrar parcerias de abordagem coordenadas pelo IPLC com entidades sem povos indígenas?

Incluindo as respostas dos participantes: A articulação de abordagens em escala abrangente, examinando todos os componentes e funções do ecossistema; capacidade de articular e afirmar abordagens com base em direitos, conforme identificado na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP, pela sigla em inglês) e outros acordos produtivos. Os participantes também observaram que embora existam mecanismos como a UNDRIP, os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS, pela sigla em português) e outros, o desafio é que esses mecanismos "não chegam a países e territórios". "Esta informação precisa ser levada às comunidades e a proposta da ACI deverá encontrar maneiras de viabilizar isso.

O enfoque adicional para a capacitação incluiu a independência econômica, o desenvolvimento de resiliência perante a mudança climática e a gestão e a governança territorial. Finalmente, a educação política também foi destacada, pois os participantes observaram que a legislação é necessária para proteger não apenas o conhecimento dos povos indígenas, mas também para políticas indevidas que impedem ou dificultam que as iniciativas comunitárias exerçam iniciativas de boa gestão. Os participantes também recomendaram que os membros da comunidade deveriam estar de acordo quando nos envolvemos com aliados e recursos externos em potencial para executar o que foi planejado de maneira coletiva.

b) Quais são os elementos-chave que devem ser desenvolvidos para módulos ou atividades piloto de treinamento tanto para os que não forem povos indígenas quanto para os que forem povos indígenas engajados na conservação inclusiva?

As respostas dos participantes incluíram os seguintes comentários: havia muitas oportunidades disponíveis para treinamento, mas não para aqueles que permanecem em suas comunidades e que enfrentam desafios no dia a dia; os programas de treinamento deveriam apresentar diferentes ferramentas para permitir o diálogo com os estados; é importante entender os sistemas legais que concedem direitos. Os módulos de treinamento também deveriam incluir como avaliar ameaças ou desafios à conservação territorial. Por exemplo, quais são os direitos coletivos dos povos indígenas ou comunidades locais reconhecidos por seus governos? Os cursos de treinamento devem elevar o conhecimento e o entendimento dos padrões e mecanismos de direitos humanos para ajudar na defesa contra as ameaças legais. O treinamento deve enfatizar que as políticas impostas em relação à terra são individualistas, administrar terras saudáveis dos povos indígenas para o futuro deve ser uma iniciativa coletiva. As atividades também devem se concentrar na promoção do intercâmbio e compartilhamento de ideias de movimentos do mundo inteiro para desenvolver comunidades mais resistentes, fortalecer os sistemas tradicionais de governança, priorizar o papel da mulher na conservação e o papel da juventude, promover meios sustentáveis de vida e conectar a espiritualidade tradicional à conservação. O treinamento também deve esclarecer os conceitos de conservação inclusiva versus a gestão de um território.

c) Além das apresentações que foram compartilhadas aqui, há outras melhores práticas com as quais se pode aprender?

As respostas dos participantes incluíram os seguintes comentários: a Convenção da ONU sobre Diversidade Biológica e o Fórum dos Povos Indígenas sobre Biodiversidade. Uma das informações mencionadas na Convenção foi o "compartilhamento de benefícios", um termo que atualmente é coordenado pelos Estados e ONGs.

O caso dos monumentos Bears Ears e Grand Staircase nos Estados Unidos e a proteção das terras nessas áreas também foram citados como uma melhor prática. Neste caso, cinco tribos se uniram e abriram precedentes sobre o manejo da terra e a inclusão. Tais tribos também estão criando um instituto de conhecimentos tradicionais.

Também foi observado que no Brasil, o CINEP (Centro Indígena de Estudos e Pesquisas) aproximou as autoridades indígenas do setor acadêmico. Um desafio foi que o setor acadêmico não reconheceu o conhecimento indígena como sendo conhecimento científico. A organização foi à falência devido a questões administrativas e financeiras e esta é uma lição importante, pois é fundamental pensar na sustentabilidade em longo prazo ao criar a Academia de Conservação Inclusiva. Um participante também compartilhou que, na cosmovisão aymara, a troca de conhecimentos é essencial. Deve haver uma maneira de conectar os dois mundos, em vez de um intermediário. O Programa de Capacitação em Governança Territorial Indígena (na Colômbia) é um exemplo do intercâmbio de conhecimentos. Pode haver troca de conhecimentos sobre diferentes tópicos: saúde, meio ambiente, etc.

Perguntas orientadoras para discussões

a) O que representantes que não são povos indígenas (ONGs de conservação, doadores, governo, setor privado) devem entender bem ao trabalhar com os povos indígenas.

As respostas dos participantes incluíram os seguintes comentários: para os povos indígenas, a conexão/relação com a Mãe Terra se fortalece a cada dia. Nos tempos pré-coloniais, a gestão da terra se baseava no parentesco, na comunidade.

Há legislação em vigor que removeu terras dos povos indígenas e há muitas políticas para interromper e dismantelar os sistemas comunitários que os povos indígenas usaram para cuidar de suas terras. O movimento de conservação, por exemplo, foi desenvolvido com o poder, o privilégio e a opressão porque se reconheceram as terras, mas não os povos indígenas que tradicionalmente viviam nelas ou que tinham uma relação com aquelas terras. No Canadá, os povos indígenas "foram subjugados a limitações dentro da lei indígena, programas financiados pelo governo que realmente não refletem nossos verdadeiros papéis e responsabilidades em relação à terra". "Esta não é uma questão específica das nossas comunidades, [gestão da terra realizada pelos indígenas] é um movimento maior que acontece no mundo inteiro.

Os participantes também observaram que ao trabalhar localmente com os povos indígenas, é necessário reconhecer "onde eles se encontram". "Há muitas pessoas com diferentes capacidades e muitas peças em movimento para a inclusão. Isto é diferente para cada comunidade e reconhecer isso e abrir espaço para esta diversidade é importante. Isto é semelhante às discussões sobre o conhecimento tradicional, pois existem "tantas maneiras de saber". Um participante afirmou que esta diversidade é o "encanto do conhecimento tradicional" e às vezes, no "conhecimento ocidental", tudo deve caber em uma pequena caixa para "ficar bonito para a política". O direito humano ao consentimento livre, prévio e informado também é algo que os que não forem povos indígenas precisam entender e respeitar.

b) Que habilidades e valores seriam importantes nestes compromissos?

Os participantes observaram que os povos indígenas precisam ser capazes de entender as formas não indígenas (legislação) para criar sistemas para se protegerem. Por exemplo, não há nada que proteja os direitos de propriedade intelectual dos povos indígenas quando se trata do uso da floresta. Parte deste trabalho, seja o engajamento com sistemas governamentais tribais, seja com sistemas governamentais nacionais, requer o "engajamento político do povo nestes processos". Abordagens abrangentes, que contemplem todos os componentes e funções do ecossistema também são importantes. Os participantes também observaram que "a prontidão e a capacidade da comunidade, em parte, é autoorganizadora".

O conceito de pensar globalmente e agir localmente também foi destacado. A ideia de que esta questão não é específica às comunidades dos povos indígenas, e que é "um movimento maior que acontece no mundo inteiro". As pessoas estão realmente se levantando para afirmar direitos políticos e fazer o que precisa ser feito para cultivar a resiliência diante das mudanças climáticas. O intercâmbio e compartilhamento dos movimentos no mundo inteiro realmente ajuda a formar comunidades mais fortes, mais resilientes e interdependentes, em vez de trabalhar em silos. "

c) Quais são as melhores maneiras de apresentar módulos ou atividades de capacitação?

As respostas dos participantes observaram que o treinamento presencial (especialmente nas comunidades) era o mais desejável, com treinamentos ministrados por representantes de povos indígenas. As respostas dos participantes observaram que o treinamento presencial (especialmente nas comunidades) era o mais desejável, com treinamentos ministrados por representantes de povos indígenas.

O treinamento on-line também foi recomendado, entendendo-se as limitações.

d) Que organizações e programas/projetos de capacitação já existem que podem dar apoio?

Os participantes mencionaram o Programa de Capacitação Global de Acesso a Projetos da Tribal Link Foundation para os Povos Indígenas e o Fórum Internacional de Mulheres Indígenas (FIMI).

e) Quais recursos, em termos de manuais, guias, apresentações e outros materiais de capacitação já estão disponíveis?

Os participantes não mencionaram quaisquer recursos, em termos de manuais, guias, apresentações e outros materiais de capacitação já disponíveis.

f) A ideia de um grupo de líderes especialistas representados por povos indígenas como treinadores ou "membros do corpo docente" de uma Academia de Conservação Inclusiva é viável e desejável? Quem pode estar no grupo inicial de tais professores de povos indígenas para a Academia?

Os participantes responderam que os povos indígenas deveriam coordenar a ACI e ser incluídos como membros do corpo docente. Além disso, os povos indígenas deveriam ser partes interessadas diretas, participando da criação do programa geral.

Pergunta final

Você gostaria de receber informações sobre esta consulta e o processo para o estabelecimento de uma Academia de Conservação Inclusiva?

A maioria dos participantes expressou grande interesse no assunto e a possibilidade de continuar a se engajar à medida que o processo avance.



RELATÓRIO SUMÁRIO

CONSULTA ÀS AMÉRICAS: CO-CRIAÇÃO DE UMA ACADEMIA DE CONSERVAÇÃO INCLUSIVA

PARA INFORMAÇÕES CONTATE

TRIBAL LINK FOUNDATION
37 VESTRY ST, NEW YORK, NY 10013
BORRERO@TRIBALLINK.ORG

[HTTPS://WWW.TRIBALLINK.ORG](https://www.triballink.org)